

CORTAZ
EDITORA



N. Cham.: 371.3 L694d 2.ed.
Autor: Libâneo, José Carlos
Título: Didática.

Ac. 343754

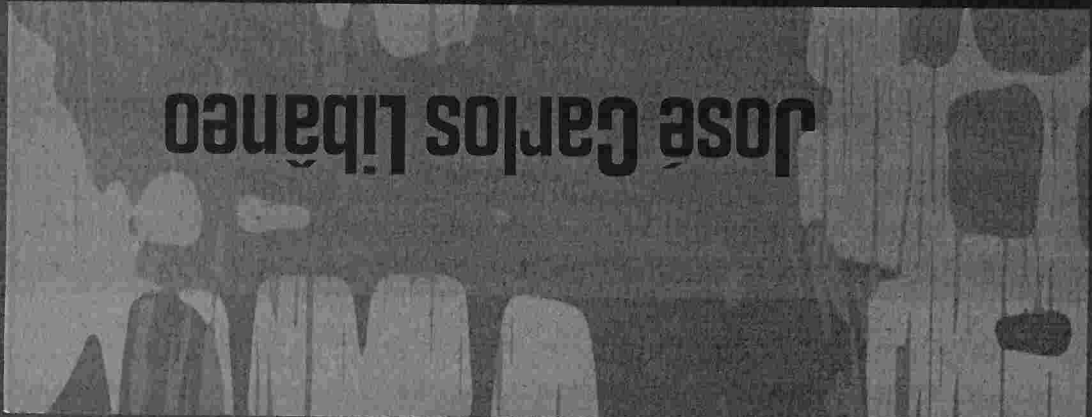
975975140
Ex.6 UFSC BSBLU

BSBLU

2ª edição

DIDÁTICA

José Carlos Libâneo



- Diferenças entre a avaliação na prática escolar atual e a orientação proposta no texto.
- Relação entre as funções de diagnóstico e de controle, e a função pedagógico-didática da avaliação.
- A avaliação e o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas dos alunos.

Bibliografia complementar

- CASTRO, Amélia D. de et al. *Didática para escola de 1º e 2º graus*. São Paulo: Pioneira/MEC, 1976.
- ENRICONNE, Délica et al. *Ensino — Revisão crítica*. Porto Alegre: Sagra, 1988.
- ESTEVEZ, O. P. *Testes, medidas e avaliação*. Rio de Janeiro: Arte & Indústria, 1972.
- LUCKESI, Cipriano C. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. *Revista da Anade*, São Paulo, n. 10, 1986, p. 47-51; n. 11, 1986, p. 47-49.
- MARTINS, J. do Prado. *Didática geral*. São Paulo: Atlas, 1985.
- MEDEIROS, Ethel B. *As provas objetivas: técnicas de construção*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- NERICI, Imídeo G. *Didática: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1986.
- PILETTI, Claudino. *Didática geral*. São Paulo: Ática, 1987.
- TURRA, Clódia M. et al. *Planejamento de ensino e avaliação*. Porto Alegre: Sagra, 1986.
- VEIGA, Ema P. A. (org.). *Repensando a didática*. São Paulo: Papirus, 1988.

O planejamento escolar

Capítulo 10

Estudamos, até aqui, os objetivos, tarefas e componentes do processo didático, bem como o processo de ensino e seus elementos constitutivos — objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas (destacando a aula como forma básica de organização do ensino), e a avaliação. Na sequência dos capítulos, preocupamo-nos em assentar as linhas básicas de direção e realização do ensino, no entendimento de que essa tarefa se constitui no ponto de referência das outras duas tarefas docentes: planejar e avaliar. Com efeito, o planejamento do ensino e a avaliação são atividades que supõem o conhecimento da dinâmica interna do processo de ensino e aprendizagem e das condições externas que codeterminam a sua efetivação.

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação.

Há três modalidades de planejamento, articuladas entre si: o plano da escola, o plano de ensino e o plano de aulas.

Neste capítulo serão tratados os seguintes temas:

- a importância do planejamento escolar;
- requisitos gerais para o planejamento;

- o plano da escola;
- o plano de ensino;
- o plano de aulas.

Importância do planejamento escolar

O trabalho docente, como vimos, é uma atividade consciente e sistêmica, em cujo centro está a aprendizagem ou o estudo dos alunos sob a direção do professor. A complexidade deste trabalho foi evidenciada ao longo deste livro: ele não se restringe à sala de aula; pelo contrário, está diretamente ligado a exigências sociais e à experiência de vida dos alunos. A assimilação de conhecimentos e habilidades e o desenvolvimento das capacidades mentais decorrentes do processo de ensino não têm valor em si mesmos, mas visam instrumentalizar os alunos como agentes ativos e participantes na vida social.

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. A escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais; tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classes. Isso significa que os elementos do planejamento escolar — objetivos, conteúdos, métodos — estão recheados de implicações sociais, têm um significado genuinamente político. Por essa razão, o planejamento é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações; se não pensarmos detidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes na sociedade. A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas (isto é, a problemática social, econômica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que interagem no processo de ensino).

O planejamento escolar tem, assim, as seguintes funções:

- a) Explicitar princípios, diretrizes e procedimentos do trabalho docente que assegurem a articulação entre as tarefas da escola e as exigências do contexto social e do processo de participação democrática.
- b) Expressar os vínculos entre o posicionamento filosófico, político-pedagógico e profissional e as ações efetivas que o professor irá realizar na sala de aula, por meio de objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas do ensino.
- c) Assegurar a racionalização, organização e coordenação do trabalho docente, de modo que a previsão das ações docentes possibilite ao professor a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e a rotina.
- d) Prever objetivos, conteúdos e métodos a partir da consideração das exigências postas pela realidade social, do nível de preparo e das condições socioculturais e individuais dos alunos.
- e) Assegurar a unidade e a coerência do trabalho docente, uma vez que torna possível inter-relacionar, num plano, os elementos que compõem o processo de ensino: os objetivos (para que ensinar), os conteúdos (o que ensinar), os alunos e suas possibilidades (a quem ensinar), os métodos e técnicas (como ensinar) e a avaliação, que está intimamente relacionada aos demais.
- f) Atualizar o conteúdo do plano sempre que é revisito, aperfeiçoando-o em relação aos progressos feitos no campo de conhecimentos, adequando-o às condições de aprendizagem dos alunos, aos métodos, técnicas e recursos de ensino que vão sendo incorporados na experiência cotidiana.
- g) Facilitar a preparação das aulas: selecionar o material didático em tempo hábil, saber que tarefas professor e alunos devem executar, replanejar o trabalho frente a novas situações que aparecem no decorrer das aulas.

Para que os planos sejam efetivamente instrumentos para a ação, devem ser como um guia de orientação e devem apresentar ordem sequencial, objetividade, coerência, flexibilidade.

Em primeiro lugar, o plano é um *guia de orientação*, pois nele são estabelecidas as diretrizes e os meios de realização do trabalho docente. Como a sua função é orientar a prática, partindo das exigências da própria prática, ele não pode ser um documento rígido e absoluto, pois uma das características do processo de ensino é que está sempre em movimento, está sempre sofrendo modificações face às condições reais. Especialmente em relação aos planos de ensino e de aulas, nem sempre as coisas ocorrem exatamente como foram planejadas: por exemplo, certos conteúdos exigirão mais tempo do que o previsto; o plano não previu um período de levantamento de pré-requisitos para iniciar a matéria nova; no desenvolvimento do programa houve necessidade de maior tempo para consolidação etc. São necessárias, portanto, constantes revisões.

Em segundo lugar, o plano deve ter uma *ordem sequencial*, progressiva. Para alcançar os objetivos, são necessários vários passos, de modo que a ação docente obedeça a uma sequência lógica. Não se quer dizer que, na prática, os passos não possam ser invertidos. A ocorrência dessa possibilidade é uma coisa positiva, embora indique que a nossa previsão falhou; somente sabemos que falhou porque fizemos uma previsão dos passos.

Em terceiro lugar, devemos considerar a *objetividade*. Por objetividade entendemos a correspondência do plano com a realidade à que se vai aplicar. Não adianta fazer previsões fora das possibilidades humanas e materiais da escola, fora das possibilidades dos alunos. Por outro lado, é somente tendo conhecimento das limitações da realidade que podemos tomar decisões para superação das condições existentes. Quando falamos em realidade, devemos entender que a nossa ação, e a nossa vontade, são também componentes dela. Muitos professores ficam lastimando dificuldades e acabam por se esquecer de que as limitações e os condicionantes do trabalho docente podem ser superados pela ação humana. Por exemplo, no início do ano o professor logo percebe que os alunos vieram da série anterior sem certos pré-requisitos para começar matéria nova. Pode até acontecer que o professor da série anterior tenha desenvolvido a matéria necessária, mas os alunos esqueceram os conhecimentos ou não os consolidaram. Essa circunstância é um dado de realidade. Não resolverá nada criticar o professor da série anterior ou tachar os alunos de burros. Ao contrário, trata-se de tomar esta realidade como ponto de partida e trabalhar os pré-requisitos, sem os quais é impossível começar matéria nova.

Em quarto lugar, deve haver *coerência* entre os objetivos gerais, os objetivos específicos, conteúdos, métodos e avaliação. Coerência é a relação que deve existir entre as ideias e a prática. É também a ligação lógica entre os componentes do plano. Se dizemos nos nossos objetivos gerais que a finalidade do trabalho docente é ensinar os alunos a pensar, a desenvolver suas capacidades intelectuais, a organização dos conteúdos e métodos deve refletir esse propósito. Quando estabelecemos objetivos específicos da matéria, a cada objetivo devem corresponder conteúdos e métodos compatíveis. Se queremos conseguir dos alunos autonomia de pensamento, capacidade de raciocínio, devemos programar tarefas onde os alunos possam desenvolver efetivamente, ativamente, esses propósitos. Se temos em mente que não há ensino sem a consolidação de conhecimentos, a nossa avaliação dá aprendizagem não pode reduzir-se apenas a uma prova bimestral, mas devemos aplicar muitas formas de avaliação ao longo do processo de ensino.

Em quinto lugar, o plano deve ter *flexibilidade*. No decorrer do ano letivo, o professor está sempre organizando e reorganizando o seu trabalho. Como dissemos, o plano é um guia e não uma decisão inflexível. A relação pedagógica está sempre sujeita a condições concretas, a realidade está sempre em movimento, de forma que o plano está sempre sujeito a alterações. Por exemplo, às vezes o mesmo plano é elaborado para duas classes diferentes, pois não é possível fazer previsões definitivas antes de colocar o plano em execução; no decorrer das aulas, entretanto, o plano vai obrigatoriamente passando por adaptações em função das situações docentes específicas de cada classe.

Falamos das finalidades e das características do planejamento. Resta dizer que há planos em pelo menos três níveis: o plano da escola, o plano de ensino e o plano de aula. *O plano da escola* é um documento mais global; expressa orientações gerais que sintetizam, de um lado, as ligações da escola com o sistema escolar mais amplo e, de outro, as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos de ensino propriamente ditos. *O plano de ensino* (ou plano de unidades) é a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um ano ou semestre; é um documento mais elaborado, dividido por unidades sequenciais, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico. O

plano de aula é a previsão do desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou conjunto de aulas e tem um caráter bastante específico.

O planejamento não assegura, por si só, o andamento do processo de ensino. Mesmo porque a sua elaboração está em função da direção, organização e coordenação do ensino. É preciso, pois, que os planos sejam continuamente ligados à prática, de modo que sejam sempre revisitos e refeitos. A ação docente vai ganhando eficácia na medida em que o professor vai acumulando e enriquecendo experiências ao lidar com as situações concretas de ensino. Isso significa que, para planejar, o professor se serve, de um lado, dos conhecimentos do processo didático e das metodologias específicas das matérias e, de outro, da sua própria experiência prática. A cada etapa do processo de ensino convém que o professor vá registrando no plano de ensino e no plano de aulas novos conhecimentos, novas experiências. Com isso, vai criando e recriando sua própria didática, vai enriquecendo sua prática profissional e ganhando mais segurança. Agindo assim, o professor usa o planejamento como oportunidade de reflexão e avaliação da sua prática, além de tornar menos pesado o seu trabalho, uma vez que não precisa, a cada ano ou semestre, começar tudo do marco zero.

Requisitos para o planejamento

Conforme vimos, o planejamento escolar é uma atividade que orienta a tomada de decisões da escola e dos professores em relação às situações docentes de ensino e aprendizagem, tendo em vista alcançar os melhores resultados possíveis. O que deve orientar a tomada de decisões? Quais são os requisitos a serem levados em conta para que os planos da escola, de ensino e de aula sejam, de fato, instrumentos de trabalho para a intervenção e transformação da realidade?

Os principais requisitos para o planejamento são: os objetivos e tarefas da escola democrática; as exigências dos planos e programas oficiais; as condições prévias dos alunos para a aprendizagem; os princípios e as condições do processo de transmissão e assimilação ativa dos conteúdos.

Objetivos e tarefas da escola democrática

A primeira condição para o planejamento são convicções seguras sobre a direção que queremos dar ao processo educativo na nossa sociedade, ou seja, que papel destacamos para a escola na formação dos nossos alunos. Desde o início deste livro mostramos que os objetivos e tarefas da escola democrática estão ligados às necessidades de desenvolvimento cultural do povo, de modo a preparar as crianças e jovens para a vida e para o trabalho.

Sabemos que a escola pública de hoje é diferente da escola do passado. A escola pública do passado era organizada para atender os filhos das famílias das camadas alta e média da sociedade, que, geralmente, já dispunham de uma preparação familiar anterior para terem êxito nos estudos. Era uma escola que proporcionava uma formação geral e intelectual para os filhos dos ricos, enquanto os pobres que conseguiam ter acesso à escolarização tinham outra escola: a de preparação para o trabalho físico (para profissões manuais), com conhecimentos reduzidos e quase nenhuma preocupação com o desenvolvimento intelectual.

A situação pouco mudou no que se refere aos conteúdos do ensino, mas houve uma modificação fundamental: a escola pública de hoje — e aqui falamos das escolas dos centros e periferias urbanas das grandes cidades, das escolas das cidades de médio e pequeno porte e das escolas rurais — recebe um grande contingente de crianças e jovens pertencentes à população pobre. Esta realidade impõe às escolas e aos professores a exigência de recolocar a questão dos objetivos e dos conteúdos de ensino, no sentido de proporcionar a essa população uma educação geral, intelectual e profissional.

A escola democrática, portanto, é aquela que possibilita a todas as crianças a assimilação de conhecimentos científicos e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, de modo a estarem preparadas para participar ativamente da vida social (na profissão, na política, na cultura). Assim, as tarefas da escola, centradas na transmissão e assimilação ativa dos conhecimentos, devem contribuir para objetivos de formação ativa dos alunos, para a compreensão das realidades do mundo do trabalho; de formação política para que permita o exercício ativo da cidadania (participação nas organizações populares, atitude consciente e crítica no proces-

so eleitoral etc.); de formação cultural para adquirir uma visão de mundo compatível com os interesses emancipatórios da classe trabalhadora.

Ao planejarem o processo de ensino, a escola e os professores devem, pois, ter clareza de como o trabalho docente pode prestar um efetivo serviço à população e saber que conteúdos respondem às exigências profissionais, políticas e culturais postas por uma sociedade que ainda não alcançou a democracia plena.

Se acreditamos que a educação escolar tem um papel na democratização nas esferas econômica, social, política e cultural, ela será mais democrática quanto mais for universalizada a todos, assegurando tanto o acesso e a permanência nas séries iniciais, quanto o domínio de conhecimentos básicos e socialmente relevantes e o desenvolvimento das capacidades intelectuais por parte dos alunos.

Exigências dos planos e programas oficiais

A educação escolar é direito de todos os brasileiros como condição de acesso ao trabalho, à cidadania e à cultura. Enquanto tal é dever dos governos garantir o ensino básico a todos, traçar uma política educacional, prover recursos financeiros e materiais para o funcionamento do sistema escolar, administrar e controlar as atividades escolares de modo a assegurar o direito de todas as crianças e jovens receberem um ensino de qualidade e socialmente relevante. Sabemos que em nosso país as coisas não se passam assim, e em todos os lugares a educação escolar do povo tem sido relegada ao segundo plano. Entretanto, os diversos setores organizados da sociedade — organizações e movimentos populares, pais, professores, alunos — têm exigido dos governos o cumprimento das suas obrigações públicas em relação ao atendimento do direito à educação.

Uma das responsabilidades do poder público é a elaboração de planos e programas oficiais de instrução, de âmbito nacional, reelaborados e organizados nos estados e municípios em face de diversidades regionais e locais. Os programas oficiais, à medida que refletem um núcleo comum de conhecimentos escolares, têm um caráter democrático, pois, a par de

serem garantia da unidade cultural e política da nação, levam a assegurar a todos os brasileiros, sem discriminação de classes sociais e de regiões, o direito de acesso a conhecimentos básicos comuns.

Os planos e programas oficiais de instrução constituem, portanto, um outro requisito prévio para o planejamento. A escola e os professores, porém, devem ter em conta que os planos e programas oficiais são diretrizes gerais, são documentos de referência, a partir dos quais são elaborados os planos didáticos específicos. Cabe à escola e aos professores elaborar os seus próprios planos, selecionar os conteúdos, métodos e meios de organização do ensino, em face das peculiaridades de cada região, de cada escola e das particularidades e condições de aproveitamento escolar dos alunos.

A conversão dos planos e programas oficiais em planos de ensino para situações docentes específicas não é uma tarefa fácil, mas é o que assegura a liberdade e autonomia do professor e a adequação do ensino às realidades locais. Além disso, nenhum plano geral, nenhum guia metodológico, nenhum programa oficial tem respostas pedagógicas e didáticas para garantir a organização do trabalho docente em situações escolares concretas.

Na verdade, cabe ao professor, mais que o cumprimento das exigências dos planos e programas oficiais, a tarefa de reavaliá-los tendo em conta objetivos de ensino para a realidade escolar onde trabalha. Conta-se, aqui, com a criatividade, o preparo profissional, os conhecimentos de Didática, de Psicologia, de Sociologia e, especialmente, da disciplina que esse professor leciona e seu significado social nas circunstâncias concretas do ensino.

Condições prévias para a aprendizagem

O planejamento escolar — seja da escola, seja do professor — está condicionado pelo nível de preparo em que os alunos se encontram em relação às tarefas da aprendizagem. Conforme temos reiterado, os conteúdos de ensino são transmitidos para que os alunos os assimilem ativamente e os transformem em instrumentos teóricos e práticos para a

vida prática. Saber em que pé estão os alunos (suas experiências, conhecimentos anteriores, habilidades e hábitos de estudo, nível de desenvolvimento) é medida indispensável para a introdução de conhecimentos novos e, portanto, para o êxito de ação que se planeja.

Em relação aos alunos da escola pública, a verificação das condições potenciais de rendimento escolar depende de um razoável conhecimento dos condicionantes socioculturais e materiais: ambiente social em que vivem, a linguagem usada nesse meio, as condições de vida e de trabalho. Esse conhecimento vai muito além da simples constatação da realidade; deve servir de ponto de apoio pedagógico para o trabalho docente. É preciso que o professor esteja disponível para aprender com a realidade, extrair dos alunos informações sobre a sua vida cotidiana, levá-los a confrontar os seus próprios conhecimentos com a informação embutida nos conteúdos escolares. O fato é que os determinantes sociais e culturais da sua existência concreta influem diretamente na apreensão dos objetos de conhecimento trazidos pelo professor e, portanto, constituem ponto de partida para a assimilação dos conhecimentos sistematizados.

O planejamento da escola e do ensino dependem das condições escolares prévias dos alunos. De nada adianta introduzir matéria nova, se os alunos carecem de pré-requisitos. A introdução de matéria nova ou a consolidação da matéria anterior requerem necessariamente verificar o ponto de preparo em que os alunos se encontram, a fim de garantir a base de conhecimentos — habilidades necessárias para a continuidade da matéria.

Um professor não pode justificar o fracasso dos alunos pela falta de base anterior; o suprimento das condições prévias de aprendizagem deve ser previsto no plano de ensino. Não pode alegar que os alunos são dispersivos; é ele quem deve criar as condições, os incentivos e os conteúdos para que os alunos se concentrem e se dediquem ao trabalho. Não pode alegar imaturidade; todas os alunos dispõem de um nível de desenvolvimento potencial ao qual o ensino deve chegar. Não pode atribuir aos pais o desinteresse e a falta de dedicação dos alunos, muito menos acusar a pobreza como causa do mau desempenho escolar; as desvantagens intelectuais e a própria condição de vida material dos alunos, que dificul-

tam o enfrentamento das tarefas pedidas pela escola, devem ser tomadas como ponto de partida para o trabalho docente.

Princípios e condições de transmissão/assimilação ativa

Este requisito diz respeito ao domínio dos meios e condições de orientação do processo de assimilação ativa nas aulas. O planejamento das unidades didáticas e das aulas deve estar em correspondência com as formas de desenvolvimento do trabalho em sala de aula. Uma parte importante do plano de ensino é a descrição das situações docentes específicas, com a indicação do que os alunos farão para se envolverem na atividade docente e do que o professor fará para dirigir a atividade cognoscitiva dos alunos em classe. Este assunto já foi desenvolvido em capítulos anteriores.

O plano da escola

O plano da escola é o plano pedagógico e administrativo da unidade escolar, onde se explicita a concepção pedagógica do corpo docente, as bases teórico-metodológicas da organização didática, a contextualização social, econômica, política e cultural da escola, a caracterização da clientela escolar, os objetivos educacionais gerais, a estrutura curricular, diretrizes metodológicas gerais, o sistema de avaliação do plano, a estrutura organizacional e administrativa.

O plano da escola é um guia de orientação para o planejamento do processo de ensino. Os professores precisam ter em mãos esse plano abrangente, não só para uma orientação do seu trabalho, mas para garantir a unidade teórico-metodológica das atividades escolares.

O plano da escola, enquanto orientação geral do trabalho docente, deve ser consensual entre o corpo docente. Pode ser elaborado por um ou mais membros do corpo docente e, em seguida, discutido. O documento final deve ser um produto do trabalho coletivo, expressando os posicionamentos e a prática dos professores. Com efeito, o plano da es-

cola deve expressar os propósitos dos educadores empenhados numa tarefa comum. A não confluência em torno de princípios básicos de ação pode ser nefasta para a ação coletiva na escola, com repercussões negativas na sala de aula.

A seguir, sugerimos um roteiro para a elaboração do plano da escola.

1. Posicionamento sobre as finalidades da educação escolar na sociedade e na nossa escola.
2. Bases teórico-metodológicas da organização didática e administrativa são o nosso entendimento sobre:
 - o tipo de homem que queremos formar;
 - as tarefas da educação geral;
 - o significado pedagógico-didático do trabalho docente: as teorias do ensino e da aprendizagem;
 - as relações entre o ensino e o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos alunos;
 - o sistema de organização e administração da escola.
3. Caracterização econômica, social, política e cultural do contexto em que está inserida a nossa escola:
 - panorama geral do contexto;
 - aspectos principais desse contexto que incidem no processo ensino-aprendizagem.
4. Características socioculturais dos alunos:
 - origem social e condições materiais de vida;
 - aspectos culturais: concepção de mundo, práticas de criação e educação das crianças, motivações e expectativas profissionais, linguagem, recreação, meios de comunicação etc.;
 - características psicológicas de cada faixa etária em termos de aprendizagem e desenvolvimento.
5. Objetivos educacionais gerais da escola quanto à(s):
 - aquisição de conhecimentos e habilidades;
 - capacidades a serem desenvolvidas;
 - atitudes e convicções.

6. Diretrizes gerais para a elaboração do plano de ensino:

- sistema de matérias — estrutura curricular;
- critérios de seleção de objetivos e conteúdos;
- diretrizes metodológicas gerais e formas de organização do ensino;
- sistemática de avaliação.

7. Diretrizes quanto à organização e à administração:

- estrutura organizacional da escola;
- atividades coletivas do corpo docente: reuniões pedagógicas, conselho de classe, atividades comuns;
- calendário e horário escolar;
- sistema de organização de classes;
- sistema de acompanhamento e aconselhamento dos alunos;
- sistema de trabalho com os pais;
- atividades extraclasses: biblioteca, grêmios estudantil, esportes, festas, recreação, clubes de estudo, visitas a instituições e locais da cidade;
- sistema de aperfeiçoamento profissional do pessoal docente e administrativo;
- normas gerais de funcionamento da vida coletiva: relações internas na escola e na sala de aula.

O plano de ensino

O plano de ensino é um roteiro organizado das unidades didáticas para um ano ou semestre. É denominado também plano de curso ou plano de unidades didáticas e contém os seguintes componentes: justificativa da disciplina em relação aos objetivos da escola; objetivos gerais; objetivos específicos, conteúdo (com a divisão temática de cada unidade); tempo provável e desenvolvimento metodológico (atividades do professor e dos alunos). Sua elaboração pode ser apresentada de acordo com o quadro da página seguinte.

PLANO DE ENSINO (ANUAL/SEMESTRAL)

Disciplina:

Série:

Ano:

Nº de aulas no ano: no semestre:

Professor:

Justificativa da disciplina (uma ou mais páginas)

Objetivos gerais:

Objetivos específicos	Conteúdos	Nº de aulas	Desenvolvimento metodológico
	Unidade I 1) 2) 3) 4) Unidade II 1) 2) 3)		
Bibliografia (do professor): Livro adotado para estudo dos alunos:			

Justificativa da disciplina

Este tópico do plano de ensino deve responder à seguinte pergunta: qual a importância e o papel da matéria de ensino no desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos? Em outras palavras, para que serve ensinar tal matéria? O estudante do curso de Habilitação ao Magistério precisa saber responder a esta questão.

A justificativa pode ser iniciada com considerações sobre as funções sociais e pedagógicas da educação escolar na nossa sociedade, tendo em vista explicitar os objetivos que desejamos alcançar no trabalho docente com os alunos. Em seguida, descrevem-se brevemente os conteúdos básicos da disciplina para indicar para que serve o que se vai ensinar. Com isso se vão definindo os objetivos prioritários, tendo em vista a sua relevância social, política, profissional e cultural. Finalmente, trata-se de explicitar as formas metodológicas para atingir os objetivos, com base nos princípios didáticos gerais e no método próprio de cada disciplina, tendo em vista a assimilação ativa dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos.

Em resumo, a justificativa da disciplina responderá a três questões básicas do processo didático: o porquê, o para quê e o como. Este primeiro passo facilitará enormemente nos passos seguintes da elaboração do plano.

Delimitação dos conteúdos

No passo anterior foram explicitados os objetivos do ensino da matéria, ainda que de forma mais geral. Para que possamos definir objetivos específicos, que, na verdade, são já os resultados esperados da aquisição de conhecimentos e habilidades (ainda que fixados de antemão), devemos delimitar os conteúdos por unidades didáticas, com a divisão temática de cada uma.

Unidades didáticas são o conjunto de temas inter-relacionados que compõem o plano de ensino para uma série. Cada unidade didática contém um tema central do programa, detalhado em tópicos.

Uma unidade didática tem como características: formar um todo homogêneo de conteúdos em torno de uma ideia central; ter uma relação significativa entre os tópicos a fim de facilitar o estudo dos alunos; ter um caráter de relevância social, no sentido de que os conteúdos se tornem “vivos” na experiência social concreta dos alunos.

A seleção e organização dos conteúdos passam por determinados requisitos e critérios, bem como pela especificidade da matéria. Devemos

lembrar-nos de que os conteúdos não consistem apenas de conhecimentos, mas também de habilidades, capacidades, atitudes e convicções. O procedimento mais simples de organização do conjunto das unidades didáticas do plano é o seguinte:

- a) Tendo em mente sua concepção de educação e escola, seu posicionamento sobre os objetivos sociais e pedagógicos do processo de ensino e, ainda, seu posicionamento e conhecimento em relação à disciplina que leciona, o professor começa a elaborar o programa. Para isso deve consultar o programa oficial da matéria (recomendado pelo estado ou município), o livro didático escolhido e outros livros de consulta.
- b) O programa ou conteúdos para a série é inicialmente dividido em unidades didáticas (como se fossem capítulos de um livro), cada uma com seus respectivos tópicos. A primeira versão é o levantamento geral de temas que podem ser trabalhados. Uma segunda versão será necessária para adequar o programa ao nível de pre-aulas, aos objetivos gerais do ensino da matéria, à continuidade do programa desenvolvido na série anterior e, finalmente, ao tempo disponível.
- c) Concluída a segunda versão, o professor terá um conjunto de unidades didáticas para um ano ou semestre e o número de aulas para cada uma. Fará então uma última checagem para verificar:
 - se as unidades formam um todo homogêneo e lógico;
 - se as unidades realmente contêm o conteúdo básico essencial em relação às condições de aprendizagem dos alunos e à exigência de consolidação da matéria assimilada;
 - se o tempo provável de desenvolvimento de cada unidade é realista em relação ao que dissemos no item anterior;
 - se os tópicos de cada unidade realmente possibilitam o entendimento da ideia central contida nessa unidade;
 - se os tópicos de cada unidade podem ser transformados em tarefas de estudo para os alunos e em objetivos de conhecimentos e habilidades.

Resumindo: o conteúdo (ou programa) da disciplina é selecionado e organizado em unidades didáticas, estas subdivididas em tópicos. A principal virtude de uma unidade didática é que os seus tópicos não são simplesmente itens de subdivisão do assunto, mas conteúdos problematizados em função dos objetivos e do desenvolvimento metodológico.

Quanto mais cuidadosamente for formulado o conjunto de unidades, mais facilmente o professor poderá extrair delas os objetivos específicos, os métodos e procedimentos de ensino.

A respeito da seleção e dos critérios de seleção de conteúdos, consultar o Capítulo 5.

Os objetivos específicos

Ao escrever a justificativa da disciplina, o professor traçou a orientação geral do seu plano explicitando a importância e o seu papel no conjunto do plano da escola, o que espera que os alunos assimilem após o estudo da disciplina e as formas para atingir esse propósito. Agora, partindo dos conteúdos, fixará os objetivos específicos, ou seja, os resultados a obter do processo do transmissão-assimilação ativa de conhecimentos, conceitos, habilidades.

Uma vez redigidos, os objetivos específicos vão direcionar o trabalho docente tendo em vista promover a aprendizagem dos alunos. Passam, inclusive, a ter força para a alteração dos conteúdos e métodos. Na redação, o professor transformará tópicos das unidades numa proposição (afirmação) que expresse o resultado esperado e que deve ser atingido por todos os alunos ao término daquela unidade didática.

Os resultados são *conhecimentos* (conceitos, fatos, princípios, teorias, interpretações, ideias organizadas etc.) e *habilidades* (o que deve aprender para desenvolver suas capacidades intelectuais: organizar seu estudo ativo e independente; aplicar fórmulas em exercícios; observar, coletar e organizar informações sobre determinado assunto; raciocinar com dados da realidade; formular hipóteses; usar materiais e instrumentos dirigidos pela aprendizagem da matéria, como dicionários, mapas, régua etc.).

Na redação dos objetivos específicos, o professor pode indicar também as *attitudes e convicções* em relação à matéria, ao estudo, ao relacionamento humano, à realidade social (atitude científica, consciência crítica,

responsabilidade, solidariedade etc.). Embora dificilmente possam ser transformados em proposições expressando resultados, esses itens fazem parte dos objetivos e tarefas docentes.

Formular objetivos é uma tarefa que consiste, basicamente, em descrever os conhecimentos a serem assimilados, as habilidades, hábitos e atitudes a serem desenvolvidos, ao término do estudo de certos conteúdos de ensino. Objetivos refletem, pois, a estrutura do conteúdo da matéria. Devem ser redigidos com clareza, expressando o que o aluno deve aprender. Devem ser realistas, isto é, expressar resultados de aprendizagem realmente possíveis de serem alcançados no tempo que se dispõe e nas condições em que se realiza o ensino. Evidentemente, sua formulação e seu conteúdo devem corresponder à capacidade de assimilação dos alunos, conforme a sua idade e nível de desenvolvimento mental. Estas orientações são importantes de serem levadas em conta, pois o que importa é menos a redação formal e muito mais a sua utilidade para motivar e encaminhar a atividade dos alunos.

Vejam os alguns exemplos de redação de objetivos:

- No conteúdo sobre relação entre os seres vivos e o ambiente:
 - Observar e identificar, numa certa área da escola ou próxima dela, tipos de seres vivos conforme diferentes habitats em que são encontrados: no solo, no ar, em troncos podres, debaixo de pedras e outros.
 - Após diferenciar os elementos que compõem o ambiente de uma determinada região, explicar os seus diversos efeitos sobre os seres vivos.
 - Dar exemplos da influência do ambiente sobre os seres vivos e da interferência do homem sobre o ambiente.
- No conteúdo sobre unidades de medida:
 - Relacionar unidades de medida (comprimento, massa, volume, tempo, valor) aos tipos de objetos medidos.
 - Saber aplicar adequadamente essas medidas em várias situações sociais reais (uso do metro, do quilo, da dúzia etc.)
- No conteúdo sobre concordância verbal:
 - Relacionar corretamente sujeito, verbo e complementos, sabendo fazer uso da norma prática de concordância verbal, em que o verbo deve concordar com o sujeito em número e pessoa.

- No conteúdo sobre multiplicação:
 - Resolver problemas de multiplicação de um número com três algarismos por outro com dois algarismos.
- Em conteúdos de Estudos Sociais:
 - Explicar por que os serviços de atendimento às necessidades da população (saúde, educação, transportes etc.) são direitos do cidadão e obrigação dos órgãos públicos.
 - Após o estudo sobre atividades econômicas básicas, os alunos deverão explicar a interdependência entre agricultura, indústria e comércio, dando vários exemplos.
 - Ajudar o aluno na compreensão das mudanças que o tempo provoca nas pessoas, comparando a sequência de fatos da sua própria experiência de vida (linha do tempo) com a de amigos de idades diferentes, com a da vida da professora, dos pais etc.

Nestes exemplos, pode-se verificar que os objetivos se referem a operações mentais simples (definir, listar, identificar, reconhecer, usar, aplicar, reproduzir) e operações mais complexas (comparar, relacionar, analisar, justificar, diferenciar etc.). Embora a preocupação do professor deva ser a de formular um objetivo com suficiente clareza para ser compreensível a ele próprio e pelos alunos, sem necessidade de prender-se à sua "forma" de redação, há alguns verbos que o ajudam a explicitar com mais precisão o que ele espera da atividade de estudo dos alunos. Por exemplo: apontar (num gráfico, num mapa), localizar, desenhar, nomear, destacar, distinguir, demonstrar, classificar, utilizar, organizar, listar, mencionar, formular etc.

Cabe uma observação sobre os chamados *objetivos formativos*, que são os referentes a atitudes, convicções, valores. Há expectativas do professor de que os alunos vão formando traços de personalidade e de caráter, que tenham uma postura diante da vida, que formem atitudes positivas em relação ao estudo etc. Tais expectativas podem ser transformadas em objetivos, mas o professor deve ter em mente que eles não se alcançam de imediato e sua comprovação não pode ser constatada objetivamente. São projeções futuras de objetivos cuja consecução se vai dando ao longo do processo, inclusive com a cooperação de todos os demais professores.

Desenvolvimento metodológico

O desenvolvimento metodológico é o componente do plano de ensino que dará vida aos objetivos e conteúdos. Indica o que o professor e os alunos farão no desenvolver de uma aula ou conjunto de aulas.

Devemos lembrar que no processo de ensino há duas facetas indissociáveis: a assimilação de novos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos, a segunda realizando-se no transcurso da primeira, sob a direção do professor.

A força motriz do processo de ensino é a contradição entre as exigências de assimilação do saber sistematizado e as condições internas de atividade mental e prática dos alunos (manifestadas nos seus conhecimentos já disponíveis, nas suas experiências de vida e no seu desenvolvimento intelectual). Os objetivos e conteúdos organizados pelo professor devem contribuir para o desenvolvimento intelectual dos alunos por meio de tarefas que suscitem sua atividade mental e prática. Não é suficiente, pois, "passar" a matéria; é preciso que a matéria se converta em problemas e indagações para os alunos. A função deste componente em plano de ensino, o desenvolvimento metodológico, é articular objetivos e conteúdos com métodos e procedimentos de ensino que provoquem a atividade mental e prática dos alunos (resolução de situações-problemas, trabalhos de elaboração mental, discussões, resolução de exercícios, aplicação de conhecimentos e habilidades em situações distintas das trabalhadas em classe etc.).

O desenvolvimento metodológico de objetivos e conteúdos estabelece a linha que deve ser seguida no ensino (atividade do professor) e na assimilação (atividade do aluno) da matéria de ensino. Ao preencher este item do plano de ensino, o professor estará respondendo às seguintes questões: que atividades os alunos deverão desenvolver para assimilar este assunto da matéria, tendo em vista os objetivos? Que atividades o professor deve desenvolver de forma a dirigir sistematicamente as atividades dos alunos adequadas à matéria e aos objetivos?

A primeira tarefa é verificar os objetivos e a matéria a ser ensinada, pois eles determinarão os métodos e procedimentos, bem como os recursos de ensino a lançar mão. Em seguida devem ser especificadas as ações docentes e discentes (do professor e do aluno) correspondentes a cada passo da sequência de desenvolvimento de uma aula ou conjunto de aulas.

Conforme estudamos no Capítulo 9, a aula pode ter a seguinte sequência: introdução, desenvolvimento e aplicação.

Introdução e preparação do conteúdo

São atividades que visam a reação favorável dos alunos ao conteúdo. Pode-se fazer uma apresentação global do tema, a fim de aproximá-lo do interesse dos alunos. Os alunos devem estar informados dos objetivos, formas de trabalho, duração, material de estudo que será utilizado, quando serão dados exercícios de avaliação etc. As atividades desta fase podem ser: conversação dirigida sobre; perguntas sobre; observação de; demonstração do tema através de ilustrações (jornais, objetos, cartazes, revistas, gráficos); leitura individual de um texto. A escolha de métodos e procedimentos depende do conhecimento da matéria, da criatividade do professor e de cada situação concreta.

Desenvolvimento ou estudo do conteúdo

É a fase da assimilação e sistematização do objeto de estudo, visando o máximo de compreensão e elaboração interna por parte do aluno. As atividades podem ser: exposição oral pelo professor, conversação, trabalho independente dos alunos, estudo dirigido, exercícios de compreensão de texto, trabalho em grupos, exercícios de solução de problemas. Convém que em qualquer atividade escolhida esteja presente a ideia dominante (a pergunta central) da unidade. Ao elaborar este item do plano não basta o professor citar as atividades, mas mencionar o conteúdo das atividades. Exemplo: *Resolver os seguintes exercícios, Estudo dirigido sobre, No estudo do meio observar os seguintes aspectos.*

Aplicação

É a fase de consolidação, que revisa cada tópico da unidade remetendo à pergunta central. As atividades aqui têm o sentido de reforço:

exercícios de fixação, organização de resumos, depoimentos orais, elaboração de quadro síntese da matéria, tarefas de aplicação dos conhecimentos a situações novas, debates. O significado mais importante desta fase é a consolidação de conhecimentos e habilidades para início de uma nova unidade didática.

O conteúdo de uma unidade didática e seu desenvolvimento metodológico estão exemplificados no quadro a seguir:

CONTEÚDO	DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO																						
Unidade III — O que são os seres vivos.	Pedir aos alunos que citem nomes de plantas, animais, objetivos. A professora irá anotando os nomes no quadro-negro.																						
1. Os seres vivos nascem, crescem, se reproduzem e morrem.	Os alunos deverão separar, dentre os elementos citados, os que nascem, crescem, se reproduzem e morrem. A professora explicará o que são os seres vivos. Os alunos devem repetir a definição, dar novos exemplos. A professora dirigirá perguntas a diversos alunos, individualmente. Construir, com os alunos, uma tabela de seres vivos e seres não vivos assim:																						
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>SERES VIVOS</th> <th>SERES NÃO VIVOS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Animais</td> <td>Plantas</td> </tr> <tr> <td>Cachorro</td> <td>Bananeira</td> </tr> <tr> <td>Peixe</td> <td>Árvore</td> </tr> <tr> <td>Gato</td> <td>Legumes</td> </tr> <tr> <td>Galinha</td> <td>Laranja</td> </tr> <tr> <td>etc.</td> <td>Hortaliças</td> </tr> <tr> <td></td> <td>etc.</td> </tr> </tbody> </table>	SERES VIVOS	SERES NÃO VIVOS	Animais	Plantas	Cachorro	Bananeira	Peixe	Árvore	Gato	Legumes	Galinha	Laranja	etc.	Hortaliças		etc.	<table border="1"> <tbody> <tr> <td>Pedra</td> </tr> <tr> <td>Caderno</td> </tr> <tr> <td>Carteira</td> </tr> <tr> <td>Sapato</td> </tr> <tr> <td>etc.</td> </tr> </tbody> </table>	Pedra	Caderno	Carteira	Sapato	etc.
SERES VIVOS	SERES NÃO VIVOS																						
Animais	Plantas																						
Cachorro	Bananeira																						
Peixe	Árvore																						
Gato	Legumes																						
Galinha	Laranja																						
etc.	Hortaliças																						
	etc.																						
Pedra																							
Caderno																							
Carteira																							
Sapato																							
etc.																							
2. Há uma dependência entre os seres vivos e a alimentação.	<i>Reforço:</i> recordar a definição, fazer uma síntese do tópico, dizer nomes de seres e pedir aos alunos para identificarem como vivos e não vivos. As crianças devem reproduzir a tabela no caderno.																						
3. Precisamos conservar a flora e a fauna.																							

(Adaptado do *Programa de 1º Grau — 2ª Série*. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/Departamento de Planejamento e Orientação, São Paulo, 1985.)

O plano de aula

No Capítulo 9 tratamos detalhadamente dos passos ou fases de desenvolvimento de uma aula ou conjunto de aulas. Vimos que a aula é a forma predominante de organização do processo de ensino. E na aula que organizamos ou criamos as situações docentes, isto é, as condições e meios necessários para que os alunos assimilem ativamente conhecimentos, habilidades e desenvolvam suas capacidades cognitivas. Vimos, também, que uma das principais qualidades profissionais do professor é estabelecer uma ponte de ligação entre as tarefas cognitivas (objetivos e conteúdos) e as capacidades dos alunos para enfrentá-las, de modo que os objetivos da matéria sejam transformados em objetivos dos alunos.

O plano de aula é um detalhamento do plano do ensino. As unidades e subunidades (tópicos) que foram previstas em linhas gerais são agora especificadas e sistematizadas para uma situação didática real. A preparação de aulas é uma tarefa indispensável e, assim como o plano de ensino, deve resultar num documento escrito que servirá não só para orientar as ações do professor como também para possibilitar constantes revisões e aprimoramentos de ano para ano. Em todas as profissões o aprimoramento profissional depende da acumulação de experiências conjugando a prática e a reflexão criteriosa sobre ela, tendo em vista uma prática constantemente transformada para melhor.

Na elaboração de plano de aula, deve-se levar em consideração, em primeiro lugar, que a aula é um período de tempo variável. Difícilmente completamos numa só aula o desenvolvimento de uma unidade ou tópico de unidade, pois o processo de ensino e aprendizagem se compõe de uma sequência articulada de fases: preparação e apresentação de objetivos, conteúdos e tarefas; desenvolvimento da matéria nova; consolidação (fixação, exercícios, recapitulação, sistematização); aplicação; avaliação. Isso significa que devemos planejar não uma aula, mas um conjunto de aulas.

Na preparação de aulas, o professor deve reler os objetivos gerais da matéria e a sequência de conteúdos do plano de ensino. Não pode esquecer que cada tópico novo é uma continuidade do anterior; é necessário, assim, considerar o nível de preparação inicial dos alunos para a matéria nova.

Deve, também, tomar o tópicos da unidade a ser desenvolvido e desdobrá-lo numa sequência lógica, na forma de conceitos, problemas, ideias. Trata-se de organizar um conjunto de noções básicas em torno de uma ideia central, formando um todo significativo que possibilite ao aluno uma percepção clara e coordenada do assunto em questão. Ao mesmo tempo em que são listadas as noções, conceitos, ideias e problemas, ainda não é definitiva, pois poderá ser alterada no momento de detalhar o desenvolvimento metodológico da aula.

Em relação a cada tópico, o professor redigirá um ou mais objetivos específicos, tendo em conta os *resultados esperados* da assimilação de conhecimentos e habilidades (fatos, conceitos, ideias, relações, métodos e técnicas de estudo, princípios, atitudes etc.). Estabelecer os objetivos é uma tarefa tão importante que deles vão depender os métodos e procedimentos de transmissão e assimilação dos conteúdos e as várias formas de avaliação (parciais e finais).

O desenvolvimento metodológico será desdobrado dos seguintes itens, para cada assunto novo: preparação e introdução do assunto; desenvolvimento e estudo ativo do assunto; sistematização e aplicação; tarefas de casa. Em cada um desses itens são indicados os métodos, procedimentos e materiais didáticos, isto é, o que professor e alunos farão para alcançar os objetivos. Para isso, deve-se consultar o Capítulo 9.

Em cada um dos itens mencionados, o professor deve prever formas de verificação do rendimento dos alunos. Precisa lembrar que a avaliação é feita *no início* (o que o aluno sabe antes do desenvolvimento de matéria nova), *durante* e *no final* de uma unidade didática. A avaliação deve conjugar variadas formas de verificação, podendo ser *informal*, para fins de diagnóstico e acompanhamento do progresso dos alunos, e *formal*, para fins de atribuição de notas ou conceitos. Para isso, consultar o Capítulo 8.

Os momentos didáticos do desenvolvimento metodológico não são rígidos. Cada momento terá duração de tempo de acordo com o conteúdo, com o nível de assimilação dos alunos. Às vezes ocupar-se-á mais tempo com a exposição oral da matéria, em outras, com o estudo da matéria. Outras vezes, ainda, tempo maior pode ser dedicado a exercícios de fixação e consolidação. Por exemplo, pode acontecer que os alunos

dominem perfeitamente os conhecimentos e habilidades necessários para enfrentar a matéria nova; nesse caso, a preparação e introdução do tema pode ser mais breve. Entretanto, se os alunos não dispõem de pré-requisitos bem consolidados, a decisão do professor deve ser outra, gastando-se mais tempo para garantir uma base inicial de preparo através de recapitulação, pré-teste de sondagem, exercícios.

No desenvolvimento metodológico pode-se destacar aulas com finalidades específicas: aula de exposição oral da matéria (com os devidos cuidados que já assinalamos no Capítulo 7), aula de discussão ou de trabalho em grupo, aula de estudo dirigido individual, aula de demonstração prática ou estudo do meio, aula de exercícios, aula de recapitulação, aula de verificação para avaliação.

O professor consciencioso deverá fazer uma avaliação da própria aula. Sabemos que o êxito dos alunos não depende unicamente do professor e de seu método de trabalho, pois a situação docente envolve muitos fatores de natureza social, psicológica, o clima geral da dinâmica da escola etc. Entretanto, o trabalho docente tem um peso significativo ao proporcionar condições efetivas para o êxito escolar dos alunos. Ao fazer a avaliação das aulas, convém ainda levantar questões como estas: Os objetivos e conteúdos foram adequados à turma? O tempo de duração da aula foi adequado? Os métodos e técnicas de ensino foram variados e oportunos para suscitar a atividade mental e prática dos alunos? Foram feitas verificações de aprendizagem no decorrer das aulas (informais e formais)? O relacionamento professor-aluno foi satisfatório? Houve uma organização segura das atividades, de modo a ter garantido um clima de trabalho favorável? Os alunos realmente consolidaram a aprendizagem da matéria, num grau suficiente para introduzir matéria nova? Foram propiciadas tarefas de estudo ativo e independente dos alunos?

Exemplo de um plano de aula:

Escola: _____		Disciplina: Português		Data: _____
Série: 2ª _____		PROFESSOR(A): _____		
UNIDADE DIDÁTICA: Expressão oral, leitura e escrita (Texto: "O Domador de Monstros" — Ana Maria Machado)				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDOS	Nº DE AULAS	DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO	
1. Expressão de opiniões e sentimentos por meio da fala, gestos, mímica.	1. Expressão verbal e não verbal.	120 min	<ul style="list-style-type: none"> • Conversar com as crianças sobre estórias e figuras de monstros que conhecem (TV, revistas, figurinhas etc.). Pedir que expressem com gestos como imaginam monstros. • Pedir que contem alguma estória de monstros. • Indagar o que acham dos monstros (assustam? dão medo? dão vontade de rir? será que existem mesmo? etc.). • Conversar sobre o título do texto, "O Domador de Monstros". Como será a estória? Quem será o domador? Como será esse monstro? O domador conseguirá domar o monstro? Etc. • Pedir leitura silenciosa do texto. (A professora esclarecerá dúvidas sobre o vocabulário se solicitada pelos alunos.) • Após a leitura silenciosa, indagar às crianças: quem é o domador de monstros? O que o domador sentiu? O que acham do modo como Sérgio enfrentou o monstro? Por que o monstro da parede se assustou e foi embora? Como imaginam o monstro (representar com gestos e sons)? Já aconteceu isso com alguém? 	
2. Compreensão do texto escrito.	2. Leitura silenciosa e comentários.			
3. Expressão verbal de experiências.	3. Expressão verbal.			

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDOS	Nº DE AULAS	DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO
4. Leitura em voz alta com expressividade.	4. Leitura oral.		<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a conversação: quando se formam sombras? Por que aparecem? Já utilizaram o corpo ou objetos para projetar sombras? Que figuras foram formadas? Já tiveram medo como Sérgio? Como foi? • Pedir leitura oral: <ul style="list-style-type: none"> — do trecho que acharam mais interessante; — do diálogo de Sérgio com monstro; — do final da estória. (Se necessário, a professora pode ler uma vez, antes de os alunos lerem.) • Pedir aos alunos que escrevam outro final para a história, outra forma de enfrentar o monstro. Poderão introduzir outro personagem, se quiserem. • Pedir que façam desenhos de monstros. • Reproduzir o texto em quadrinhos (a história do texto ou a história com outro final). (Obs.: As três últimas tarefas podem ser feitas em casa ou em outra aula.)
5. Compreensão do texto escrito e dar asas à imaginação.	5. Expressão escrita.		

O DOMADOR DE MONSTROS

Ana Maria Machado

Era uma vez um menino chamado Sérgio. Uma noite, antes de dormir, ele ficou olhando as manchas que as sombras das árvores lá de fora iam formando na parede do quarto.
Sérgio ficou com medo. Para espantar o medo, o jeito era conversar com o monstro:
— Se ficar me olhando assim, eu chamo um monstro mais feio ainda para te assustar. Mas o monstro da parede nem ligou. Então Sérgio avisou:
— Aí vem um monstro de um olho só, duas bocas, três chifres, quatro trombas, cinco umbigos, seis línguas, sete rabos, oito corcovas, nove pernas, dez cores, onze caretas, doze sorrisos, treze risadinhas, quatorze gargalhadas, quinze cambalhotas...
E Sérgio ria tanto que nem conseguiu falar direito. Aí o monstro da parede se assustou com todas as palhaçadas e foi embora.

Sugestões para tarefas de estudo

Perguntas para o trabalho independente dos alunos

- Qual a importância política e pedagógica do planejamento de ensino?
- Explicar cada uma das características do planejamento.
- Quais as funções do planejamento escolar?
- Como os objetivos e tarefas da escola democrática devem refletir-se no planejamento?
- Como devemos articular os planos e programas oficiais no plano de ensino?
- De que forma o plano de ensino e o plano de aula se conjugam com as condições socioculturais e individuais dos alunos?
- Por que é importante o plano da escola?
- Descrever os elementos que compõem o plano de ensino e o plano de aula.

Temas para aprofundamento de estudos

- Dividir os alunos em pequenos grupos, conforme as disciplinas do ensino de 1º grau (Português, Matemática, História etc.) para a elaboração da justificativa da disciplina.
- Verificar em escolas da cidade como é feito o planejamento de ensino, se há plano da escola, planos de ensino, se os professores recorrem ao plano de ensino ou não.
- Coletar exemplares de planos de ensino para estudo e análise.

Temas para redação

- A prática do planejamento escolar e a realidade social.
- Planejamento escolar e a ação pedagógica crítica e transformadora.

- Planejamento de ensino entre a escola e o contexto social.
- Planejamento e ação integrada do corpo docente.

Exercícios de aplicação

- Elaboração de planos de ensino e planos de aulas.
- Construção de programas por séries.
- Tomar capítulos (unidades) de livros didáticos e preparar o seu desenvolvimento metodológico para um conjunto de aulas.

Bibliografia complementar

- BALZANI, Newton C. Supervisão e didática. In: ALVES, Nilda et al. (orgs.). *Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- ENRICONNE, Délicia et al. *Ensino — Revisão crítica*. Porto Alegre: Sagra, 1988.
- FUSARI, José C. O planejamento educacional e a prática dos educadores. *Revista da Anade*, São Paulo, n. 8, 1984, p. 33-35.
- LIBÂNEO, José C. *A democratização da escola pública*. São Paulo: Loyola, 1987.
- LUCKESI, Cipriano C. Elementos para uma didática no contexto de uma pedagogia para a transformação. *Anais da III CBE*. São Paulo: Loyola, 1984.
- PIMENTA, Selma G. A organização do trabalho na escola. *Revista da Anade*, São Paulo, n. 11, 1986, p. 29-36.
- RAYS, Osvaldo A. *Planejamento de ensino: um ato político-pedagógico*. IV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Recife, 1986. (Mimeo.)
- SÃO PAULO. Secretaria de Educação Municipal — Departamento de Planejamento e Orientação. *Programa do 1º Grau*. São Paulo, 1985.
- VEIGA, Ilma P. A. (org.). *Repensando a didática*. São Paulo: Papiurus, 1988.
- VIANNA, Ilca O. de A. *Planejamento participativo na escola: um desafio ao educador*. São Paulo: EPU, 1986.